

Terra, trabalho e trabalhadores: área rural e relações de trabalho em Foz do Iguaçu – Paraná

Lucas Eduardo Gaspar¹

Resumo: Quando pensamos no município de Foz do Iguaçu as primeiras coisas que aparecem em nossa mente são os pontos turísticos (Itaipú Binacional e Cataratas) e o grande centro de comércio entre os países vizinhos (Paraguai e Argentina). O intuito deste artigo é o de ampliarmos a nossa visão sobre a área rural deste município, como ela se constitui atualmente e o seu processo histórico de transformações. Mais do que somente o espaço físico, é interessante abordar também a dinâmica dos sujeitos que o constituem, quais as relações de trabalho empregadas nessa área e quais as significações e formas de luta dos trabalhadores. Neste texto estão presentes as conclusões feitas a partir de questões sobre a área rural de Foz do Iguaçu e suas relações de trabalho.

Palavras chave: Trabalhadores, Área Rural; Terra; Relações de Trabalho.

Resumen: Cuando pensamos en la ciudad de Foz do Iguaçu las primeras cosas que aparecen en nuestra mente son los lugares de interés (la Itaipú Binacional y Cataratas) y el principal centro de comercio entre

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Faz parte da equipe do laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais e do grupo História Social do Trabalho e da Cidade. O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica na área de História, realizada nos anos de 2012 e 2013 sob orientação do professor Dr. Vagner José Moreira E-mail: l.e.gaspar@hotmail.com

los países vecinos (Paraguay y Argentina). El propósito de este trabajo es ampliar nuestra penetración en la zona rural de lo municipio, como lo es actualmente y su proceso histórico de transformación. Más que un simple espacio físico, es interesante para hacer frente a la dinámica de los individuos que la conforman, incluyendo las relaciones de trabajo empleadas en este ámbito y cuál son los significados y las formas de lucha de los trabajadores. En este trabajo están presentes las conclusiones hechas de preguntas acerca de la zona rural de Foz do Iguaçu y su relación de trabajo.

Palabras clave: Trabajadores; Área Rural; Tierra; Relaciones Laborales.

Entre Peculiaridades e Ocultações: A constituição da Área Rural de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu localiza-se no extremo oeste do estado do Paraná, tem como área total 617,71 km². E, aproximadamente, 31% da área do município é caracterizada como urbana, tendo 191,46 km². A área rural do município ocupa em torno de 22,37% do território, contando com uma extensão de 138,17 km², o restante da área do município é dividido entre a área do Parque Nacional, que ocupa 22,44% da área total, juntamente com a área do lago de Itaipu, que conta com 24,14% do território do município, e 0,6% do território é referente à Ilha Acaray, localizada no Rio Iguaçu, na divisa do Paraguai

com o Brasil.² Podemos perceber também como se dá a distribuição dessas áreas em um mapa feito pela Prefeitura de Foz do Iguaçu:



Fonte: SMPU, 2005.

Prefeitura de Foz do Iguaçu, Lei Complementar N°115, 2006.

Fonte: SMPU, 2005.

² Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Anexo I da Lei Complementar N°115, de 9 de outubro de 2006.

Percebe-se que a área rural de Foz do Iguaçu ocupa o menor espaço no território do município (além, logicamente, da área territorial da Ilha Acaray, que consta com uma parcela ínfima do território total), tendo seu espaço menor que a área urbana, que o Parque Nacional e a região do Lago de Itaipu. Essa é uma das características usadas pelas classes dominantes como um suposto “motivo” para a não visibilidade da área rural do município, além da sua exaltação do comércio e turismo do município, ocultando também as atividades agropecuárias e aos trabalhadores rurais de Foz do Iguaçu. Mas, mesmo tendo o menor território do município não significa que nele não existem questões pertinentes para análise.

Sempre que se pensa no município o que entra em questão é o turismo, comércio e as obras públicas, como por exemplo a Usina de Itaipu, visando construir imagens e sentidos para essa visão do município, ocultando até mesmo uma categoria social. Esse silêncio sobre a atividade rural aparece claramente nos discursos e narrativas sobre o Foz do Iguaçu, em que é dada ênfase principalmente no crescimento populacional trazido pela obra da Usina de Itaipu e o comércio turístico, que movimenta a economia do município.

Um expressivo aumento populacional, 383% segundo o IBGE, deu-se entre as décadas de 70 e 80 (do século XX) motivadas pela construção da Usina de Itaipu. Em meados de 80, percebe-se um crescimento importante nas transações entre Brasil e Paraguai, quando se intensificou o turismo de compras e o comércio atacadista exportador na

região fronteiriça. Este segmento do turismo já foi responsável por 10,6%, dos turistas em Foz do Iguaçu, assumindo parte da economia local através da geração de emprego e renda, pela movimentação de hotéis, agências de viagens, lanchonetes, restaurantes, transporte entre outros.³

A ocultação e o silêncio sobre as atividades agropecuárias e construção da imagem para a cidade são discutidas nas formulações da pesquisadora Aparecida Darc de Souza, que estudou as experiências e memórias dos trabalhadores sobre o contrabando e turismo em Foz do Iguaçu. Ao abordar a construção da imagem do município como “Terra das Cataratas”, voltada principalmente ao turismo, afirma que “são imediatamente expulsas muitas experiências sociais. Estão ausentes os moradores e seus modos de viver”⁴, ocultando até mesmo parcelas da sociedade, como os trabalhadores rurais, não mostrando as desigualdades na sociedade iguaçuense. Em relação a área rural de Foz do Iguaçu são ocultadas suas modificações juntamente com as transformações e sua influência econômica para o município, quais os sujeitos e relações de trabalho e vida que se dão nesse campo.

Esta construção está intimamente ligada com a busca de alguns grupos dominantes de, através da elaboração de uma visão e memória de Foz do Iguaçu, efetivar interesses, tanto econômicos como sociais,

³ Ibidem.

⁴ SOUZA, A. D. Experiências, memórias e percepções dos trabalhadores sobre o contrabando em Foz do Iguaçu. In: BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. (Orgs.) Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos. EUNIOESTE, 2011. p. 57

em que “a constituição dessa visão, como hegemônica, legitimaria os projetos e interesses econômicos de tais grupos. Tratava-se, portanto, de uma tentativa de articulação da história desses grupos com a história da própria cidade” ⁵ trazendo as qualidades, vantagens e evoluções do município como atrativo e também como uma forma de controle social. Pois “a ocultação é um dos procedimentos mais comuns nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. O passado é um estorvo do qual é preciso se livrar.”⁶ A história, ou a ocultação dela, se utiliza desses artifícios sendo “capaz de dar lições, de distribuir lauréis aqueles que conseguiram manter-se em cena ou mesmo de conduzir julgamentos do alto de seu ‘tribunal’ (...) e as vezes ela guarda seus ‘enigmas’, recusa-se a falar.”⁷ Os grupos referidos aqui são de fácil identificação, são eles o Poder Público que a cada gestão não realiza ações para a transformação desta memória ou o fim desta ocultação, os grandes comerciantes de Foz do Iguaçu também contribuem para a construção desta visão e projeto, pois são beneficiados com a imagem de cidade turística e do comércio.

Essa análise serve para que de alguma maneira a área rural e os trabalhadores de Foz do Iguaçu ganhem visibilidade, mostrando que essa área existe sim no município, e que acompanhou e fez parte das

⁵ SOUZA, A. D. Os Trabalhadores e a história do turismo em Foz do Iguaçu (1979-2000). *Tempos Históricos*, v. 14, n 1, p. 151-167, 2010. p.153

⁶ CHESNEAUX, J. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? Sobre história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

⁷ *Ibidem*

modificações de Foz do Iguaçu, tentando assim, desconstruir essa ocultação presente no município de Foz do Iguaçu em relação a sua área rural. E mais do que isso, explicitar, historicamente, a dinâmica deste espaço e dos sujeitos que o habitam.

Os censos agropecuários realizados pelo IBGE, de 1960 até 2006, serviram para que possamos perceber as mudanças na estrutura fundiária do município ao longo desse período de mais de 40 anos, tempo esse de uma série de emancipações políticas de municípios e vilas, que antes pertenciam ao município de Foz do Iguaçu.

Tabela 01: Condição do Produtor de Foz do Iguaçu, 1960-2006.

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1960	1197	56021	133	1715	-	-	118	3912	1503	86298
1970	942	46855	63	724	65	609	515	10526	1585	58714
1975	1065	38728	405	4751	153	1247	177	2186	1800	46912
1980	751	37425	193	3234	80	2358	192	1953	1216	44997
1985	923	15821	115	1315	8	212	282	945	1329	18293
1996	290	13723	47	1441	7	239	4	272	348	15675
2006	945	22335	104	3402	21	1074	233	2552	1303	29363

Fonte: IBGE

Tabela 02: População na Área Rural de Foz do Iguaçu, 1960-2006.

	Estabelecimentos	Número de Pessoas
1960	1503	8369
1970	1585	5897
1975	1800	7381
1980	1216	4739
1985	1329	5439
1996	348	1414
2006	1303	2840

Fonte: IBGE

Um aspecto importante de se notar com essas tabelas é a variação dos números desde 1980 a 2006, onde, após uma baixa no ano de 1980, já no ano de 1985 os números crescem na maioria das categorias analisadas, nesse período a população rural sofre um aumento de 14,77%, a também o número de estabelecimentos nesses anos em 9,29%. Essas variações com diminuição e aumento seguem nos censos seguintes, pois percebe-se que em 1996 os números caem novamente na maioria das categorias, sofrendo uma baixa de 73,81% no número de estabelecimentos e 74% na população rural. Já no censo seguinte esses números vão novamente se inverter, pois em 2006 esses números vão novamente aumentar, crescendo, em relação ao ano anterior 100,84% na população rural e 274,42% de aumento no número de estabelecimentos. Nesse último censo pode ser notado também um

aumento na área rural total do município, área essa que desde o ano de 1960 vinha diminuindo, já em 2006, comparado ao ano de 1996, essa área sofre um aumento de 87,32%.

Estes dados nos servem para indagações e análises pertinentes ao nosso tema como, o que essa variabilidade dos números podem nos informar sobre a área rural de Foz do Iguaçu, para além de somente aumento e diminuição no número de estabelecimentos, áreas e pessoas? Essa pequena análise da variação dos números relacionados à área rural do município pode ser útil para nos informar como a questão fundiária em Foz do Iguaçu é complexa, pois não acompanha regras que poderiam ser relacionadas com o município, como a de constante diminuição desses números, que poderiam estar ligados ao constante número de emancipação de municípios, que anteriormente faziam parte da área de Foz do Iguaçu, mas também não acompanha um padrão de constante crescimento.

O município de Foz do Iguaçu conta com um modulo rural bastante particular, pois, como é possível observar na tabela seguinte 77,53% das propriedades rurais são consideradas pequenas, de 0,0 à 5,0 hectares. Ou seja, a área rural do município é constituída em grande medida pela agricultura familiar, o que não exclui que ainda assim exista um grupo de trabalhadores assalariados nas propriedades de médio e grande porte.

Tabela 04: Tamanho e número de propriedades do município de Foz do Iguaçu no ano de 2012

Tamanho da propriedade	00,0 à 5,0 há	5,0 à 10,0 há	10,0 à 20,0 há	20,0 à 30,0 há	30,0 à 40,0 há	40,0 à 50,0 há	50,0 à 100,0 há	100,0 à 200,0 há	200,0 à 500,0 há	Acima de 500,0 há
Numero de propriedades	42	4	3	4	6	4	1	5	4	3

Fonte: Secretaria da Agricultura, 2012.

Essa predominância de pequenas propriedades é uma particularidade que se distingue do restante do país que é caracterizado pela concentração fundiária que gera uma alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil⁸, o município conta com uma série de programas da Secretaria da Agricultura de Foz do Iguaçu voltados à produção nessas pequenas propriedades de agricultura familiar, tais como, a “Patrulha Mecanizada”, que disponibiliza tratores para o preparo do solo; a “Inseminação Artificial”, que disponibiliza o melhoramento genético aos pequenos produtores; o programa de “Apoio a Piscicultura” de acompanhamento técnico nessa produção,

⁸ HOFFMANN, R. NEY, M.G . Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação / Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010.

juntamente com um programa da Secretaria da Agricultura, que compra e distribui nas escolas do município toda a produção de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, “promove a inclusão econômica e social com fomento a produção e sustentabilidade, incentivando o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela Agricultura Familiar.”⁹

Esta questão vai além da simples percepção de que a área rural de Foz do Iguaçu está na contramão de um padrão fundiário brasileiro, contando com predominância e apoio da prefeitura às pequenas propriedades de agricultura familiar. Devemos voltar nossos olhares e análise da questão de como esses programas da Secretaria da Agricultura acabam por não afastar ou diferenciar a produção familiar do município da lógica capitalista de produção e inserção no mercado, e sim o oposto, de incentivar e perpetuar essa lógica nas pequenas propriedades, gerando assim um mercado para esses produtores e, por consequência, a dependência que esses pequenos agricultores estão sujeitos. Como afirma Virgínia Fontes em seu livro “O Brasil e o capital-imperialismo”, que ao falar das expropriações produzidas pela expansão capitalista lembra:

Essa população – e parcela daquela que persiste no campo – depende crescentemente do mercado para subsistir e, que se configure em disciplinada massa trabalhadora, quer como população “sobrante”,

⁹ Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Panfleto. 2011

depende, para sua existência, de relações mercantis. Uma vez incorporado ao mercado a reprodução da própria vida passa a dele depender, ainda que em graus diferenciados, desiguais.¹⁰

Leis, Justiça e Apropriações: Os Processos trabalhistas como forma de luta.

Ao falarmos em leis, e principalmente de uma instituição que controla e aplica essas leis, partimos aqui de uma reflexão mostrada por E. P. Thompson (1987) em seu livro *Senhores e caçadores*, que nos mostra a dualidade contraditória das leis, pois, “as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder”¹¹.

É justamente desta perspectiva que partiremos aqui, pois, por mais que as leis e Justiça do Trabalho fossem criadas para servir a uma classe dominante, ela deve pelo menos ter um discurso de imparcialidade e igualdade, tendo consciência disso a classe não dominante utiliza esta instância “legal” para de alguma maneira lutar a favor de seus interesses e resistir à exploração do trabalho.

Desde as primeiras décadas do século XX no Brasil vinham ocorrendo uma série de reivindicações e lutas da classe trabalhadora

¹⁰ FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, EPSJV, 2010. p.51

¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e Caçadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 358

brasileira em relação ao cumprimento ou criação de direitos referentes a essa classe, e também um movimento de tomada de consciência e luta por melhores condições de trabalho, o Estado, preocupado com essas ações acaba se organizando e agindo contra elas, como lembram Antônio de Pádua Bosi e Rinaldo José Varussa (2009), no artigo “O trabalho em disputa”:

A nova ossatura do Estado, pensada para promover a modernização da economia nacional, estabeleceria novos fundamentos para lidar com os conflitos de classes, introduzindo uma ideologia que pregava a colaboração entre o capital e o trabalho... O judiciário atuaria, então, a partir de um conjunto de regras criadas sob medida para a manutenção da disciplina do trabalho... Foi neste quadro de forças que se produziu a Legislação Trabalhista, mais tarde compilada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Na prática, a resposta das classes dominantes – efetuadas por meio do Estado – contra o movimento operário nas décadas de 1910 e 1920.¹²

Notamos que esta ação dos trabalhadores, que percebemos que tem um cunho consciente e independente, serve para reafirmarmos nossa reflexão de que esta classe era composta por sujeitos que estavam inseridos no meio social, que sofriam influência dele, mas que quando havia necessidade poderia agir para transformá-lo, e nesse caso, acabou

¹² BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 35-36

transformando, esta transformação, assim como iria acontecer com a Justiça do Trabalho, veio mascarada como benefícios, mas que na verdade não passavam de movimentos do Estado para contê-las, ou seja, “A produção de uma legislação trabalhista visaria apaziguar a escalada das greves e cultivar uma força de trabalho disciplinada, que receberia previdência social, assistência médica e hospitalar, férias remuneradas, etc.”¹³

A Justiça do Trabalho instaurada efetivamente em 1946 veio também como uma resposta às reivindicações dos trabalhadores, assim como a CLT, mas desta vez tentando responder as reivindicações do não cumprimento dos direitos garantidos aos trabalhadores na CLT, contudo a reflexão a respeito da Justiça do Trabalho não se limita a isso, pois tanto sua criação, instalação e atuação muito mais complexas do que este simples argumento. Primeiramente, a criação da Justiça do Trabalho está marcada por disputas, tanto entre classes, como as da classe trabalhadora reivindicando seus direitos contra a classe de “patrões”, onde “o domínio da lei apresentava-se como solução para o impasse nas “disputas entre empregadores e empregados”¹⁴. Também dentro da classe dominante brasileira, sendo a burguesia e o Estado, havendo conflitos em relação à instauração de dois projetos diferentes para essa nova Justiça, projetos esses, ambos de cunho liberal, mas que

¹³ Ibidem, p.36

¹⁴ VARUSSA, R. J. Debates instituintes: perspectivas em confronto na implantação da Justiça do Trabalho. História & Perspectivas, Uberlândia-MG, v. 27/28, p. 419-460, 2003.

divergiam em relação ao tamanho da atuação do Estado para a resolução dos processos trabalhistas, onde um defendia uma maior atuação do Estado e outro uma menor.

Podemos analisar esse processo de criação e atuação da Justiça do Trabalho, não servindo somente as classes dominantes, mas também como uma forma de atuação “legalizada” do trabalhador na garantia de seus direitos, que não era totalmente controlada pelo Estado, mas sim que partia da consciência dos trabalhadores que agiram para garantir seus direitos. Distanciando-se assim da ideia de vítimas manipuladas, partilhamos da ideia de que esses sujeitos entram em cena alargando as possibilidades da lei. Visualizando então, como algumas ações dos trabalhadores, como pedir favores e o apadrinhamento, também são formas de desconstruir relações paternalistas em seu benefício.

Atualmente, a Justiça do Trabalho, como lembra Rinaldo Varussa (2009), “trabalha conjuntamente de modo favorável ao empresário” ou proprietário como as “conciliações” e “morosidade”. Ela é utilizada de maneira consciente pelo trabalhador, que reivindica seus direitos e interesses, que consciente de sua situação e também de seus direitos utiliza-se do judiciário para garantir alguns interesses de melhora de vida e trabalho.

A Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu, que foi instaurada no ano de 1986, e atualmente conta com três varas trabalhistas, sendo que a primeira foi criada em 1986, a segunda em 1995 e a terceira no ano de 2005, organiza seus processos por data de conclusão em cada vara, por

isso, na pesquisa nesse arquivo, não foi possível seguir um padrão cronológico, pois os processos mesclavam-se na data de início e na mesma caixa puderam ser encontrados processos de diversos anos. Por essa questão também não podemos delimitar um recorte temporal de processos pesquisados nesse arquivo da Justiça do Trabalho, pois como todo o arquivo não foi analisado não conseguimos realizar uma análise por períodos da contingência de processos de trabalhadores rurais que entravam na Justiça do Trabalho.

Pode ser identificada a quantia de 69 processos trabalhistas de trabalhadores rurais, tanto de Foz do Iguaçu quando de cidades próximas, que vão do período de 1998 a 2011. Foram 13 os processos em que trabalhadores e patrões eram do município de Foz do Iguaçu, os 56 processos restantes eram de cidades vizinhas, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 05: Processos dos trabalhadores rurais da Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu

Numero do Processo	Ano	Cidade do Reclamante	Cidade do Reclamado
1897	1998	Medianeira	Medianeira
217	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
1152	1998	Diamante do Oeste	Vera Cruz do Oeste
2422	1998	Medianeira	Medianeira
2284	1998	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
02	1998	Missal	Medianeira
3346	1998	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
3158	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3160	1998	Itaipulândia	Itaipulândia

3164	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3166	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3162	1998	Itaipulândia	Itaipulândia
3424	1998	Medianeira	Medianeira
1758	1998	Missal	Cascavel
1824	1998	Sta. Terezinha de Itaipu	Sta. Terezinha de Itaipu
1109	1998	Matelândia	Medianeira
2760	1998	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
86	1999	Foz do Iguaçu	São Miguel
595	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
160	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
576	1999	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
581	1999	Medianeira	Medianeira
005	1999	Medianeira	Medianeira
1544	1999	Medianeira	Matelândia
2377	2000	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2543	2000	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
2377	2000	Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2543	2000	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
00687	2001	Sta. Terezinha de Itaipu	Foz do Iguaçu
172	2006	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
1507	2007	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2962	2007	Medianeira	Medianeira
2275	2008	São Miguel	São Miguel
1851	2008	Matelândia	Matelândia
2649	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
2409	2008	Medianeira	Medianeira
2693	2008	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
2705	2008	Ramilândia	Medianeira
2987	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1790	2008	Matelândia	Matelândia
2986	2008	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1537	2009	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
3593	2009	Medianeira	Medianeira
2660	2009	Matelândia	Matelândia
3369	2009	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
0368	2009	Medianeira	Medianeira

1596	2009	Matelândia	Matelândia
1394	2010	Ramilândia	Missal
1686	2010	Missal	Missal
2472	2010	Matelândia	Santa Helena
2138	2010	Diamante do Oeste	Diamante do Oeste
966	2010	Medianeira	Medianeira
1072	2010	Itaipulândia	Itaipulândia
3820	2010	São Miguel	Medianeira
3194	2010	Medianeira	Medianeira
2112	2010	Diamante do Oeste	Foz do Iguaçu
1683	2010	Missal	Missal
1395	2010	Ramilândia	Missal
3819	2010	São Miguel do Iguaçu	Medianeira
1342	2010	Diamante do Oeste	Diamante do Oeste
2370	2010	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
1067	2011	Sta. Terezinha de Itaipu	São Miguel
2256	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
394	2011	Matelândia	Matelândia
1314	2011	São Miguel	Medianeira
1760	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
0618	2011	Matelândia	Matelândia
1298	2011	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu
1437	2011	Medianeira	Medianeira
2109	2011	Matelândia	Matelândia
0121	2011	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu

Fonte: Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. Organizado pelo Autor.

Visto isso podemos realizar algumas reflexões em relação a esse conjunto de processos trabalhistas tentando visualizar como os trabalhadores rurais se utilizaram deles na busca de seus direitos, o que por consequência pode nos informar também sobre as relações de trabalho no campo em Foz do Iguaçu. Nota-se algumas reclamações em comum entre os processos como, por exemplo, o tempo de trabalho

desses sujeitos no campo, em que nove dos 13 processos os reclamantes trabalharam três anos ou menos em alguma propriedade, o que de início já nos indica que não são somente os trabalhadores rurais que permanecem boa parte de sua vida trabalhando em uma propriedade que vêem o processo trabalhista como uma forma de garantir seus direitos, mas também indivíduos que trabalharam um tempo relativamente curto, como é o caso até mesmo de apenas seis meses de trabalho, também vislumbram no processo trabalhista uma maneira de garantir seus direitos.

Os resultados desses processos, apesar da luta por garantia de direitos, foram desfavoráveis aos trabalhadores, pois, dos 13 processos, cinco foram arquivados, sete tiveram como resultado a conciliação e em apenas um o ganho da causa foi do trabalhador. Todos esses resultados podem ser aqui analisados. Esse número de processos arquivados, que ocorreu pelo não comparecimento dos reclamantes a seção, pode nos indicar uma prática de negociação “informal” dos patrões com seus empregados, que abriram um processo trabalhista, o que nos indica, mais uma vez, como o trabalhador rural ao abrir um processo trabalhista busca seus direitos, acaba pressionando seu patrão, que preocupado com todo o tramite judicial acaba por negociar pessoalmente com seu empregado, prática essa que não existiria, se o trabalhador não entrasse na Justiça. Mas por outro lado, não devemos generalizar este processo, pois, por vezes a preocupação também é do trabalhador que sabe que o tramite judicial é demorado e, mediante suas necessidades concretas

(pagar aluguel, comprar comida, etc.) se vê obrigado a aceitar a proposta do “patrão” e desistir da causa judicial.

Apesar disso, com os outros resultados dos processos trabalhistas notamos ainda uma deficiência do Estado ao julgar as causas trabalhistas, pois, somente em um processo, em que o trabalhador laborou 17 anos em uma propriedade, a causa foi atribuída a seu favor, recebendo em sua totalidade a soma requerida. Nos casos de conciliação, que são maioria, pode-se perceber que entre os sete casos existentes somente dois receberam o valor requerido, nos outros cinco, com a conciliação, não foram recebidos mais de 17% do valor. Ou seja, apesar da luta do trabalhador por garantir seus direitos, os meandros da Justiça do Trabalho, seja pelo expediente da conciliação ou outros, lesam os trabalhadores, pois o valor conciliado é irrisório como, por exemplo, em um caso em que o pedido inicial do reclamante era de R\$ 19.000,00 e com a conciliação acabou por receber apenas R\$ 700,00. Nesse caso, o valor da conciliação é de 3,6% do valor total contabilizado pelo advogado, um valor que de forma alguma (mesmo que “simbolicamente” pois o dinheiro não cobrirá o desgaste e a exploração sofridas) cobre os danos e a exploração do trabalhador. Também devemos estar atentos para o fato de que os advogados incluem nos processos as mais diversas reclamações para tentar elevar o valor inicial e forçar a prática da negociação com a concordância do trabalhador ou não. Mas apesar disso não devemos desconsiderar que as negociações, por mais pedidos que fossem feitos, na maioria das vezes

acabam por não cobrir todos os danos tidos pelos trabalhadores em seu tempo de trabalho.

Em relação às reclamações podemos notar vários pedidos comuns entre os trabalhadores, entre eles estão os de pagamento das diferenças salariais, das verbas rescisórias, hora extra, FGTS, repouso semanal remunerado e salário em atraso. Além dessas reclamações comuns na maioria dos processos trabalhistas, em alguns outros vimos algumas reclamações peculiares, mas que podem nos informar também sobre as relações de trabalho que existem na área rural, dentre esses pedidos, em dois casos, consta o pedido o Adicional de Insalubridade, que mostra que assim como em indústrias o campo tem também condições de trabalho de risco, mas que por vezes, por se tratar de área rural, essa questão é ignorada.

Outra reclamação peculiar que encontramos em um processo trabalhista foi de indenização por danos morais, narrado pelo próprio trabalhador:

Você não obedece, é um incompetente, não faz nada certo, não cumpre regras, ainda não consegue dar conta do serviço.

Você não tem onde morar, mora aqui de favor, tem que fazer o que qualquer um que estiver aqui manda, sem reclamar, senão vai morar na rua.

Você é um incompetente, tem que viver chamando sua atenção, não sabe fazer nada, daqui a pouco te mando para a rua e ainda não vou te pagar nada.¹⁵

¹⁵ BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. PROCESSO n.º 2256, 2011. p.3

Apesar de se tratar apenas de um caso que aparece nos processos, sabemos, até pelo relato dos próprios trabalhadores rurais, que esta situação de assédio moral não é caso único no trabalho no campo em Foz do Iguaçu. Na entrevista com o senhor Valdomiro, trabalhador rural de Foz do Iguaçu, ao ser questionado se tem conhecimento da relação de trabalho dos outros empregados de fazendas com os patrões, afirma:

[...] você trabalha às vezes o dia todo, mas trabalha nervoso, às vezes você tá cansado quer descansar uma hora ali, às vezes até pra trabalhar na parte da tarde duas horas a mais, mas o patrão não quer saber ele não te dá chance de você sentar e ficar meia hora sentado, aí você trabalha o tempo todo estressado, nervoso, você não tem sossego, eu já vi e sei que tem por aí acontece até com vizinho meu mesmo.¹⁶

A ameaça e a cobrança do trabalho no campo não são menores que qualquer trabalho industrial. No campo essas ações podem até mesmo ser mais efetivas, pois muitas vezes, como vimos nos processos, o trabalhador mora dentro da propriedade do patrão e com sua própria família, e a ameaça de perder a moradia e o emprego é o que acaba por fazer esses trabalhadores relevar as péssimas condições de trabalho. Como vimos no processo e nas narrativas orais que veremos

¹⁶ SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

posteriormente, os trabalhadores rurais estão conscientes desse processo de exploração, formulam sentidos a essas práticas, procurando a Justiça do Trabalho para resistir.

Para E. P. Thompson “o direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história”¹⁷. Na ausência de um sindicato dos trabalhadores rurais a Justiça do Trabalho se tornou na única maneira de reivindicação de melhorias e cumprimento da legislação trabalhista.

“Hoje quem pode mais chora menos”: Cotidiano, Sentidos e Lutas na fala dos trabalhadores.

Com a grande utilização de fontes orais, foi necessário realizar algumas reflexões teóricas e metodológicas a respeito da produção e tratamento desse tipo de fontes. Percebemos então, que as fontes orais são de uma riqueza imensa para a análise da vida e trabalho dos nossos sujeitos, pois com estas fontes podemos conhecer de perto a história das classes não dominantes.

Partilhando então da ideia de Portelli de que “não dispomos de fatos, mas dispomos de textos”¹⁸ vemos as fontes orais como qualquer outro tipo de documento escrito, contém sua carga de subjetividade que

¹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e Caçadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p. 358.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.p.4.

não deve ser excluída e sim analisada e também utilizada pelo pesquisador.

Assim como um texto a narrativa foi feita por alguém, elaborada, selecionando ou deixando de fora alguns elementos, e principalmente que serviu para responder questões sobre o passado postas em seu presente. Então “o problema não é qual é a relação entre a vida e história; mas, em vez disso, qual é o lugar da história dentro da vida.”¹⁹

Na pesquisa foram realizadas duas entrevistas com trabalhadores rurais de Foz do Iguaçu, a primeira com seu Valdomiro de Souza e a segunda entrevista com Nilo Metzeka, ambos os entrevistados com 53 anos de idade. Devemos destacar aqui que o trabalho com fontes orais não tem caráter quantitativo, a partir de somente duas entrevistas podemos sim realizar uma análise sobre a experiência de um grupo de trabalhadores, como eles vivem e interpretam as mudanças ocorridas no campo no município de Foz do Iguaçu. Suas falas são representativas, apesar de serem falas e vivências individuais, retratando sua trajetória de vida e trabalho, podem nos informar sobre padrões que são socialmente compartilhados por esse grupo de trabalhadores. Porém em cada relato variam a intensidade, o estágio do desenvolvimento pessoal e o seu significado.

¹⁹PORTELLI, Alessandro. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de ValtérioPeppoloni, trabalhador. In: _____. Ensaios e História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p.160.

Cabe aqui realizar uma breve exposição dos entrevistados, de sua trajetória de vida e trabalho para que possamos posteriormente analisar suas falas. A entrevista com seu Valdomiro foi feita no dia 19 de janeiro de 2013, este sujeito trabalhou no início de sua vida no Mato Grosso, permanecendo 17 anos naquela região, trabalhado em fazendas no cuidado e tratamento do gado. Após a venda de terras de sua família na região do Mato Grosso, Valdomiro decide sair dessa região, acaba vindo ao município de Foz do Iguaçu onde tinha uma irmã que morava na cidade e que acabou auxiliando-o em sua estadia. Trabalhou na área urbana de Foz do Iguaçu, mesmo sem experiência, como ajudante de pedreiro e como técnico de refrigeração. Seu Valdomiro trabalha já há 10 anos na área rural de Foz do Iguaçu, como arrendatário, mora na propriedade de seu patrão e cuida do gado, trabalho esse que, segundo ele próprio: “seja sábado, domingo ou feriado ou dia santo, é corrido essa minha obrigação não tem.”²⁰ Ou seja, está o tempo todo, independente do momento ou circunstância, em função de seu trabalho no tratamento e cuidado com o gado. Trabalha com carteira assinada recebendo um salário fixo por mês e também uma comissão todo final de ano, Valdomiro também cria alguns animais na propriedade de seu patrão, como vacas e galinhas, que o auxiliam na sua renda e subsistência.

Entrei em contato com Nilo a partir de um processo trabalhista em seu nome, verificando o endereço fiz uma visita a ele solicitando se

²⁰ METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar

poderia realizar uma entrevista para este artigo, pois havia percebido que ele trabalhou durante um bom tempo na área rural de Foz do Iguaçu. Nilo sempre trabalhou com a agricultura com sua família na região Oeste do Paraná, trabalhou na área rural de Foz do Iguaçu por 24 anos, desde os 17 anos de idade até os 40, também como arrendatário cuidava do gado de seu patrão e também plantava soja para si em uma parcela da propriedade, tinha carteira assinada, mas seu lucro maior vinha da lavoura de soja que tinha. Nilo montou um processo contra seu patrão no ano de 1998, mas, segundo ele, esse processo foi montado não por causa de perdas trabalhistas e sim para o recebimento de alguns de seus direitos, pois teria que sair da propriedade para proporcionar o estudo na área urbana, seu filho que na época tinha quatro anos, seu patrão estava de acordo com o processo e até mesmo, em sua visão, o auxiliou. Atualmente Nilo trabalha como autônomo fazendo serviços periódicos na lavoura de diversos sujeitos com seu maquinário próprio.

A partir desta breve apresentação dos entrevistados podemos ressaltar alguns pontos de suas falas que foram analisados nessa pesquisa, como o sentimento de ambos os entrevistados, por serem arrendatários, de não terem patrões, que apesar de haver um dono das terras como este não está sempre presente, os trabalhadores sentem-se como se fossem mais do que apenas funcionários, como se fossem “patrões” e até mesmo donos da terra. “O meu serviço aqui de dia-dia é um serviço que eu sou um, no mesmo momento, eu sou um cara

gerente, encarregado e no mesmo tempo eu sou um dono entendeu?”²¹, “De funcionário você é funcionário, agora se você vai arrendar uma terra você vai ser patrão [...] funcionário pra patrão é outra coisa.”²²

Percebemos com essas falas como os próprios trabalhadores reelaboram sua condição de trabalho, como esses se sentem em relação à terra que estão trabalhando, não se sentem apenas como simples empregados, mas sim com um vínculo maior, de praticamente um dono dessa terra. E é esse tipo de trabalho e sentimento que caracteriza o seu apreço por esse trabalho, que dificilmente seria trocado por outro como no caso de Valdomiro quando é perguntado se trocaria esse trabalho por outro ele responde: “Rapaz eu, por outro trabalho eu podia até trocar, mas tem que ter um ganho muito bom[...]se não eu fico quieto”. Ou seja, a percepção desses sujeitos como patrões e não como trabalhadores é que em grande parte sustenta o seu apreço e permanência no trabalho.

Essa ideia se reforça quando pensamos que o trabalho no campo não é tido como fácil ou simples, que mesmo seu Valdomiro trabalhando quase sua vida inteira com o tratamento de gado deixa claro que o trabalho:

[...] é sofrido, é corrido pra poder dar conta [...] só que não pode esquentar a cabeça porque se você tá mexendo com aquele monte de serviço você tem que

²¹ SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

²² METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

fazer o mais precisado porque se querer fazer tudo na mesma hora você perde a cabeça, você perigo de ficar louco, entrar em depressão e falar “não, eu vou abandonar isso aqui”.²³

Então percebemos que a ideia que eles têm de patrão não é a do patrão que não trabalha, mas pelo contrário, de muito trabalho pesado, mas que é compensado porque não se tem alguém cobrando todos os dias. Percebemos também como há uma consciência desses trabalhadores em relação ao seu trabalho, sabendo o quanto é pesado e até mesmo os danos que pode causar.

A seguinte fala foi feita por seu Mario Laurindo, antigo secretário da agricultura, em uma entrevista a uma rádio local, quando foi perguntado se havia agricultura em Foz do Iguaçu ele responde:

Aquela agricultura mecanizada desde 75 começou então acabava tendo produção e o turismo ainda na época era meio fraco né? porque isso era o fim do mundo, o fim do Paraná, Foz do Iguaçu né? (risos). Mas a medida que foi, desvinculou Santa Terezinha e a Itaipu inundou toda essa área, na cabeça do povo não tinha mais agricultura em Foz né? O negócio aqui é só turismo e... mas as pessoas, não tá no entendimento de as pessoas que moram no centro na cidade, que não tem vínculo com a agricultura, o que seja agricultura [...]. Então, o agronegócio, a agropecuária, ela dá muito emprego e ela tem

²³ SOUZA, Valdomiro Etienne. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

condições de em cima de pequenos... com tecnologia, qualquer pedacinho de área ela produz.²⁴

Esse pequeno trecho pode nos informar sobre o que já discutimos anteriormente, que a partir da construção Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e da Ponte da Amizade a área rural de Foz do Iguaçu vem sofrendo um processo de ocultação pela classe dominante para que o turismo, comércio e empregos na construção civil possam ser exaltados. Mas, além disso, esta fala traz elementos que estão presentes nas falas de nossos entrevistados também, que é o caso do processo recente de reorganização do trabalho e da produção no campo, não só em Foz do Iguaçu, mas no Brasil inteiro. Um processo de mecanização, mudança dos modos de se produzir, da quantidade da produção e do trabalho, que é percebida por seu Nilo:

Antigamente era mais manual, nós trabalhava com animal não existia maquinário não existia nada, e veio crescendo, crescendo aumentando o maquinário para trabalhar nos estoques [...] aquela época que nós plantava soja já tava acostumando aquela variedade anterior que já tava acostumado a plantar 100 à 110 sacas por alqueire, hoje, hoje já mudou a agricultura, a agricultura já tá fazendo maquinário mais produtiva, chega até dar 160 sacas 150 por alqueire [...] antigamente na época que eu tava arrendando tinha que preparar tinha que lavar tinha

²⁴ LAURINDO, Mario. Entrevista concedida à Radio CBN, vista em: setembro de 2012. Disponível em: <http://www.cbnfoz.com.br/2012/07/21/cbn-entrevista-2107-mario-laurindo-secretario-de-agricultura/> > Acesso em: 01/10/2012.

que gradear tinha que incorporar o veneno depois gradear de novo, era muito cansativo e hoje não.²⁵

Analisando essas falas verificamos como os trabalhadores percebem e se inserem nesse processo de “modernização” que advém de um projeto de expansão e intensificação do capitalismo no campo, constitui um modo hegemônico de narrar esse processo, construído por essas classes hegemônicas. Que, entre outras questões, afirmar que qualquer outro modo é atrasado, ressaltando os benefícios trazidos por seu modelo. No caso de seu Nilo ele vê esse processo também como benéfico, pois o trabalho braçal diminuiu com a implementação desse maquinário e novas tecnologias, mas também esse processo é visto como benéfico porque seu trabalho em essência, principalmente atualmente depende estritamente desse maquinário, que foi até mesmo adquirido por seu Nilo. E mais do que isso, a partir dessas falas podemos perceber como esse projeto capitalista das classes hegemônicas de modernização do campo consegue entrar e se efetivar nas áreas rurais, influenciando até mesmo no pensamento desses trabalhadores, que passam a ver esse processo não como a perda de empregos e constantes expropriações, mas como um avanço, pois o trabalho braçal foi diminuído.

Mas, além disso, podemos perceber na fala de seu Valdomiro como este já não tem mais aquela confiança nos contratos verbais feitos

²⁵ METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

antigamente, seu Valdomiro já tem consciência de que o trabalhador deve de alguma forma garantir seu direito, seja assinando um contrato de trabalho ou a carteira, pois: “tendo umas coisas bem controladas em cima de um contrato tem como você ir pra cima né? que daí hoje se você não tem um papel assinado não tem coisa qualquer [...]” sendo assim “hoje quem pode mais chora menos... não tem jeito mesmo”. Sendo assim seu Valdomiro vê ainda a possibilidade de luta dos trabalhadores por seus direitos, com esses contratos e carteira assinada, ou seja, a lei vai servir não para “poder mais” e sim para “chorar menos”.

Referências

BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. Arquivo.

BRASIL. Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu. PROCESSO n.º 2256, 2011.

BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

CHESNEAUX, J. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?** Sobre história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: UFRJ, EPSJV, 2010.

HOFFMANN, R. NEY, M.G . **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação /** Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. Biblioteca. Coleção Digital/ Publicações Disponíveis. Censo Agropecuário, PR: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

LAURINDO, Mario. Entrevista concedida à Radio CBN, vista em: setembro de 2012. Disponível em: <http://www.cbnfoz.com.br/2012/07/21/cbn-entrevista-2107-mario-laurindo-secretario-de-agricultura/> > Acesso em: 01/10/2012.

METZEKA, Nilo. Entrevista realizada em 31/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

NEGRO, A. L. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. **Politéia: História e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

_____. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtério Peppoloni, trabalhador. In: _____. **Ensaio e História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Anexo I da Lei Complementar N°115, de 9 de outubro de 2006.

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Dados Socioeconômicos de Foz de Iguaçu 2011.

Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Panfleto. 2011.

Secretaria Municipal de Agricultura de Foz do Iguaçu. Levantamento interno de dados. 2012.

SOUZA, A. D. Os Trabalhadores e a história do turismo em Foz do Iguaçu (1979-2000). **Tempos Históricos**, v. 14, n 1, p. 151-167, 2010. p. 151-168.

SOUZA, A. D. Experiências, memórias e percepções dos trabalhadores sobre o contrabando em Foz do Iguaçu. In: BOSI, A. P.; VARUSSA, R. J. (Orgs.) **Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos**. EUNIOESTE, 2011. p. 57-78.

SOUZA, Valdomiro Etiene. Entrevista realizada em 19/01/2013, por Lucas Eduardo Gaspar.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VARUSSA, R. J. Debates instituintes: perspectivas em confronto na implantação da Justiça do Trabalho. **História & Perspectivas**, Uberlândia-MG, v. 27/28, p. 419-460, 2003.

_____. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.